



Anais da Assembléia

Nº 203

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE JANEIRO DE 1993

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djaima de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mastrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

LEI N° 10.238

DATA: 05 de janeiro de 1993.

SÚMULA: Fica estabelecida a suspensão do pagamento de água, esgoto e luz aos trabalhadores desempregados, nos termos desta lei.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica estabelecida a suspensão do pagamento de água, esgoto e luz aos trabalhadores desempregados, nos termos desta lei.

Art. 2° - Serão beneficiários desta lei os trabalhadores residentes no Estado do Paraná, na condição de desempregados involuntários ou cuja renda familiar não ultrapasse a 1 (um) salário mínimo, que comprovem a impossibilidade de pagamento das citadas tarifas ou ainda, quando o referido pagamento implicar na dificuldade da família em manter outros gastos essenciais.

Art. 3° - O benefício da suspensão do pagamento das tarifas será concedido pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo que, após este prazo ou, quando o beneficiário firmar contrato de trabalho, bem como quando a sua renda familiar ultrapassar a um salário mínimo mensal, será cobrado nas contas de água e luz, a partir do mês subsequente à causa da cessação do benefício, em 6 (seis) parcelas de igual valor, devidamente corrigidas.

§ 1° - O prazo concedido para o benefício da suspensão do pagamento das tarifas, poderá ser renovado por mais 6 (seis) meses, a cada período de 36 (trinta e seis) meses.

§ 2° - Caso o beneficiário opte em pagar as contas suspensas em 3 (três) vezes, as mesmas não sofrerão qualquer atualização monetária.

Art. 4° - A suspensão do pagamento das tarifas fica limitada aos domicílios que não ultrapassem o consumo mensal de 15 metros cúbicos de água e de 90 Kws/hora de energia elétrica, sendo que, ultrapassando o consumo de um deles, não implica na cessação do benefício de outra.

Art. 5° - Para aquisição do benefício o interessado deverá procurar o escritório mais próximo de uma das empresas fornecedoras, as quais deverão manter um cadastro social unificado, apresentando a respecti-

va Carteira de Trabalho (CTPS), cópia da última rescisão do contrato de trabalho, comprovante de inscrição perante o Sistema Nacional de Empregos (SINE), bem como firmando termo declarando não possuir outras fontes de renda, quer informais, desde que não ultrapassem à 1 (um) salário mínimo.

§ 1° - Caso seja comprovada fraude documental ou nas informações que possibilitaram a concessão do benefício, as contas suspensas serão cobradas imediatamente, de uma única vez, acrescidas de atualização monetária, juros de mora e multa de 100%, sem prejuízo das sanções penais cabíveis à espécie.

§ 2° - O beneficiário deverá comparecer a cada três meses no local onde realizou-se o cadastro para ratificar a inexistência de renda, apresentando os documentos comprobatórios, se exigidos, bem como comunicar, no prazo de 15 dias, caso tenha firmado contrato de trabalho ou obtido outra fonte de renda, sob pena do imediato cancelamento do benefício.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.01.93.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 1993
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura, Nelson Garcia, Nelson Justus, Milton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausen-

tes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Colombino Grassano, Ovídio Constantino, e Rossoni (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S A O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

Encontram-se em visita à esta Casa os Vereadores de São João, Danilo Gomes e Nelson Canaan e o Prefeito de Ibema,

Sinópsse:

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA LEGISLATIVA

SINÓPSE DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO, COMPREENDIDO ENTRE 15 DE DEZEMBRO À 13 DE JANEIRO DE 1993.

SESSAO DE INSTALACAO.....	0001
SESSOES ORDINARIAS.....	0013
SESSOES PREPARATORIAS.....	0000
SESSOES EXTRAORDINARIAS.....	0001
SESSOES SOLENES.....	0000
PROJETOS DE LEI APRESENTADOS.....	0005
PROJETOS DE LEI VETADOS INTEGRALMENTE.....	0007
PROJETOS DE LEI VETADOS PARCIALMENTE.....	0002
PROJETOS DE LEI SANCIONADOS PELO SENHOR GOVERNADOR.....	0031
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR.....	0000
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR APROVADOS.....	0000
PROPOSIÇÕES.....	0000
PROJETOS DE RESOLUCAO APRESENTADOS.....	0000
PROJETOS DE RESOLUCAO APROVADOS.....	0000
PROJETOS DE RESOLUCAO REJEITADOS.....	0000
RESOLUÇÕES APROVADAS PELO SENHOR PRESIDENTE.....	0000
LEIS PROMULGADAS PELO SENHOR PRESIDENTE.....	0002
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO.....	0002
MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR.....	0003
REQUERIMENTOS DOS SENHORES DEPUTADOS.....	0110
OFÍCIOS EXPEDIDOS PARA O SENHOR GOVERNADOR.....	0015
OFÍCIOS EXPEDIDOS.....	0480
OFÍCIOS RECEBIDOS.....	0352
OFÍCIOS INTERNOS.....	0254
TELEX RECEBIDOS.....	0000
TELEX EXPEDIDOS.....	0010
ATAS DA COMISSAO EXECUTIVA.....	0006
PORTARIAS.....	0004

SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a Sessão por alguns instantes para a lavratura da Ata que deverá ser aprovada na presente Sessão.

Está reaberta a Sessão.

Arnitan Fortunato. A Mesa registra com satisfação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Encerramento:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito do Senhor 1º Secretário que proceda a leitura da sinópsse dos trabalhos realizados na presente Sessão Legislativa da 12ª Legislatura.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê a sinópsse):

Solicito do Senhor 2º Secretário que proceda a leitura da Ata a ser aprovada nesta Sessão. (Discussão e Votação da Ata).

Nada mais havendo a tratar, declare

encerrado o Período de convocação de Sessões Extraordinárias, convocada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, da 2.^a Sessão Legislativa da 12.^a Legislatura, e ressalvada a possibilidade de nova convocação de Sessões Extraordinárias, convoco os Senhores Deputados para as Sessões preparatórias de eleição da Mesa a realizar às 14:30 horas do dia 13 de fevereiro de 1993, conforme dispõe o artigo 7º do Regimento Interno.

Emenda:

PROJETO DE LEI N° 417/92
SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL A EMENDA
SUBSTITUTIVA N° 01, DE PLENÁRIO

Art. 1º - Na forma do Art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a ceder ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, o imóvel de propriedade da autarquia estadual FUNDEPAR, sito à Rua Frederico Maurer, n° 3.015, no bairro Boqueirão, nesta Capital, objeto da Transcrição n° 17.234, do Livro 31, do Cartório de Registro de Imóveis da 4.^a Circunscrição da comarca de Curitiba, podendo, para tanto, firmar a respectiva escritura e outros documentos para tal necessários.

§ 1º. A cessão de que trata este artigo ficará condicionada a que a donatária utilize o referido imóvel exclusivamente para atividades ligadas ao ensino e que cumpra integralmente as condições elencadas no texto do ofício ATG n° 0578/92, de 30.01.92, às fls. 74/76, do protocolado SIP sob n° 1.356.736-0. de 16.10.92, devendo constar da respectiva escritura cláusulas de inalienabilidade e de reversão ao patrimônio do Estado caso descumpridas as condições resolutivas estabelecidas.

§ 2º. Fica resguardada a continuidade do 1º grau (5.^a a 8.^a séries) nas instalações do IPE, pelos próximos 04 anos, da seguinte forma:

- a) - 1993 a realização da 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a séries;
- b) - 1994 da 6.^a, 7.^a e 8.^a séries;
- c) - 1995 da 7.^a e 8.^a séries;
- d) - 1996 da 8.^a série;
- e) - os alunos repetentes das séries eliminadas serão transferidos para outras escolas estaduais;
- f) - as ofertas de vagas respeitarão o limite atual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.01.93.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Erondy Silvério, Oswaldo Trevisan, Dirceu Manfrinato e Djalma de Almeida César.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2167

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, Requerem seja concedido aos funcionários que desempenham funções no período extraordinário, nos vários setores da Casa e em especial a taquigrafia, gráfica, assessoria de plenário e outros convocados, pagamento de gratificação com efeitos financeiros retroativos ao início da convocação do período extraordinário.

Sala das Sessões, em 13.01.93.

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

ALGACI TÚLIO

NAMIR PIACENTINI

CEZAR SILVESTRI

LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Não pode ficar sem uma contrapartida justa o acréscimo de esforço laboral despendido pelos funcionários dos vários setores da Casa e convocados neste período extraordinário. A concessão de gratificação a cada um destes é a única forma efetiva de retribuir o trabalho efetuado num período que, a princípio, seria destinado ao descanso e à recomposição das forças.

REQUERIMENTO N° 2164

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formação de Comissão de Deputados para realizar viagem à Cuba, atendendo a convite formulado pelo Centro de Estudios sobre El Desarrollo (DES) da Universidade de Havana.

Sala das Sessões, 13.01.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O Deputado subscritor do presente requer a formação de Comissão de Parlamentares para visita oficial a Cuba com o objetivo de colher informações sobre a situação desse País e estudar a possibilidade de medidas de cooperação mútua.

Experiência de socialismo nos trópicos, nascida de uma revolução popular que, a primeiro de janeiro de 1959, colocou termo à violenta ditadura Batista, a República de Cuba vem sendo submetida há décadas a um duro e injustificado bloqueio econômico e político por inspiração do Governo dos Estados Unidos da América.

Quando menos, justifica-se a formação

de Comissão de Parlamentares do Paraná para visita oficial a Cuba pelo imperativo de, em primeira mão, tomar conhecimento da realidade cubana sob condições de virtual agressão econômica externa. A longa luta pela afirmação da soberania do Brasil guarda inúmeros aspectos análogos aos da história recente de Cuba e muitas são, certamente, as lições que brasileiros e cubanos podem reciprocamente proporcionar-se.

Vale assinalar, nos termos do convite para a Integração Latino-Americana (anexo), que a duração da viagem será de oito dias a partir de 12 de fevereiro de 1993. As despesas de viagem e estada montam a US\$ 917 (novecentos e dezessete dólares americanos) por pessoa, e devem correr por conta de cada Parlamentar integrante da Comissão ora proposta.

(Lê):

"COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (CILA).

Curitiba, 06 de janeiro de 1993.

Ilmo. Sr.

LUIZ H. BONA TURRA

DEP. ESTADUAL

NESTA

O CILA - Comitê para Integração Latino-americana, representado pelas entidades paranaenses signatárias deste programa, recebeu do Centro de Estudios sobre el Desarrollo (DES) da Universidade de Havana, Cuba, um convite para uma visita oficial àquele país.

Na qualidade de Coordenadora Geral deste Comitê, cabe-me comunicar este convite a todas as entidades que compõem o CILA, bem como agilizar os trâmites necessários para viabilizar esta viagem.

Diante das dificuldades econômicas vivenciadas por Cuba e agravadas sobretudo pelo bloqueio político e econômico imposto pelos Estados Unidos da América, esta visita tem por objetivo levar um grupo de aproximadamente 30 pessoas do Paraná que, pela sua inserção social, possam representar os mais diversos segmentos da sociedade paranaense (empresários, líderes comunitários, intelectuais, autoridades, etc.) e para conhecer melhor a situação interna daquele país a fim de estudar e implementar medidas de cooperação mútua.

A data de embarque está prevista para o dia 12 de fevereiro próximo. Segundo contatos mantidos com a empresa aérea encarregada do voo, o custo da viagem, incluindo hotel e refeições por 8 dias, é de US\$ 917 (novecentos e dezessete dólares) por pessoa.

Pretendemos obter resposta, o mais breve possível, de sua instituição, signatária do CILA, a respeito de sua inclusão na lista dos representantes paranaenses na

visita a Cuba.

Saudações latino-americanas

(a) DRA. GLADYS DE SOUZA FLORIANI

Coordenadora Geral do CILA"

REQUERIMENTO N° 2163

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, após aprovação do douto Plenário, REQUER a inserção nos Anais desta Casa, de matéria intitulada "FERROESTE - PARANÁ E EXÉRCITO", veiculada na coluna Informativo Militar, editada regularmente pelo Jornal Gazeta do Povo, desta Capital.

Requer, ainda, o envio de cópia ao Senhor Secretário dos Transportes do Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.01.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 2166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, após aprovação do douto Plenário, REQUER a inserção nos Anais desta Casa, de matéria intitulada "LERNER, ENTRE O TRÁGICO E O KITSCH" de autoria do Jornalista Fábio Campana, veiculada pelo Jornal Correio de Notícias à página 3 da edição de 5 de janeiro de 1993.

Sala das Sessões, em 13.01.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 007/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a criação de um Batalhão de Polícia Feminina na Capital, e outro no interior do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Cabe ao Governador do Estado a escolha do município do interior a que se refere este artigo.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.01.93

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

Já são quinze anos de trabalho e dedicação prestados pela Polícia Feminina ao nosso Estado, durante os quais cumpriram com os seus deveres, e muitas vezes além deles. A ampliação do Quadro Organizacional nada mais é do que o pleito de um direito, principalmente o de serem respeita-

das como profissionais, e não apenas como mulheres, todavia isto dependa exclusivamente do comportamento e atitude de cada Policial Feminina, e da possibilidade de galgar todos os postos e graduações, podendo as Oficiais concorrer até o posto de Coronel, e as praças a graduação de Subtenente e ainda participar, desde que preenchidos os requisitos, do Curso de Formação de Oficiais Administrativos em igualdade e condições.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente Anibal Khury, caro Primeiro Secretário Ademar Traiano, caro Segundo Secretário a quem saudamos também neste dia, nobre Deputado Dalton Machuca, meus caros Deputados: Nesse dia em que parece estamos encerrando mais esse período da convocação Extraordinária e somado também ao período de atuação normal desta Casa, podemos dizer mais uma vez e mais este ano sob a Presidência do nobre Deputado Anibal Khury e com a participação de todos os Senhores Deputados essa Casa, teve um período de maior produtividade e situa-se em todo País entre as Assembléias Legislativas que apresentaram maior eficiência, maior trabalho e grande dedicação por parte de seus componentes os nobres Deputados Estaduais.

Mas nós trazemos também, hoje, nesta Casa o assunto ocorrido neste Paraná nos últimos dias, que foi o problema da Prisão Provisória do Ahú, da rebelião e que teve por parte do nobre Deputado desta Casa Deputado José Tavares, hoje Secretário da Justiça uma atuação eficiente mostrando toda sua sensibilidade política e toda sua competência na solução daquele problema, daquele conflito, conseguiu fazer com que se terminasse a rebelião sem que houvesse nenhum acidente grave que trouxesse maior preocupação ao sistema penitenciário do Paraná. O Deputado José Tavares com toda sua sensibilidade, toda sua competência conseguiu resolver o problema naquela oportunidade. Mas em Artigo publicado na Gazeta do Povo desta semana, aqui no Caderno Gazeta na Justiça, o Secretário da Justiça e Cidadania no Paraná, traz as suas preocupações com o problema penitenciário, e diz o seguinte, "O problema penitenciário tem solução" e rapidamente, é um Artigo pequeno, nós vamos fazer uma ligeira leitura, um ligeiro comentário a respeito desse Artigo. Então diz Ele: "Ao assumir a Secretaria do Estado, da Justiça e da Cidadania, deparei com uma caótica realidade penitenciária que exige incessantemente respostas e soluções para imensos problemas. A superpopulação carcerária,

por exemplo, é um desses problemas - que não é privilégio do nosso Estado, mas sim um problema mundial. Aliás, no Paraná as condições podem ser consideradas boas em comparação com os demais Estados da Federação, mas ainda, muito preocupante.

O Deputado segue aqui alinhando alguns problemas e, depois, ao final, apresenta o seu ponto de vista e também apresenta aqui, algumas soluções.

Outro sério problema que temos a enfrentar é a questão judiciária em relação à análise e julgamento dos pedidos de benefícios dos sete mil presos sob a tutela do Estado. Notem, portanto, nós temos no nosso sistema penitenciário sete mil presos dos quais metade está na capital e metade em cadeias públicas do interior que são verdadeiras panelas de pressão.

Conviver com esta realidade e buscar soluções é o desafio diário enfrentado pela Secretaria da Justiça e suas unidades vinculadas. Para minorar o problema da superpopulação carcerária estamos construindo um minipresídio em Londrina para quatrocentos presos em regime fechado e devemos inaugurar nos próximos dias dois pavilhões na Colônia Penal Agrícola em Piraquara com seiscentas e vinte vagas em regime semi-aberto. Além disso, já se encontra em condições de utilização uma unidade para até duzentos presos em Foz do Iguaçu.

Então, esses são os problemas postos com respeito ao sistema penitenciário do nosso Estado. São problemas que exigem soluções, que pedem de todos nós criatividade e competência para apresentarmos sugestões e resolver esses problemas. Entre eles, meus caros Deputados e Senhor Presidente, esta Casa estará analisando, tão logo reiniciemos o período de fevereiro, estaremos analisando a nova lei da Organização Judiciária e também a nova lei da Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Então, é importante, quando nós formos analisar essas leis, que tenhamos em mente a realidade do nosso Estado com respeito notadamente também ao sistema penitenciário. E uma das soluções que temos: nós precisamos dar à justiça condições para que ela seja mais ágil na liberação de presos que já cumpriram as suas penas. Precisamos dar à justiça condições de interiorização das varas das execuções criminais de maneira que fiquem mais próximos de onde também estão os presos e eles tenham os seus processos liberados com mais rapidez. É essa também a solução apresentada pelo Secr. da Justiça, o nobre Dep. José Tavares, e ele considera este momento mais que oportuno para desencadearmos uma grande discussão sobre este grave problema social e jurídico não apenas porque a sociedade pôde acompanhar os episódios da rebelião da prisão provisória do

Ahú que, felizmente, teve um final satisfatório, mas também porque nos próximos dias esta Casa estará discutindo e votando os novos códigos da Divisão e de Organização Judiciária do Estado, encaminhados pelo Judiciário.

Nós acreditamos ser esta a hora ideal para que todos nós, inclusive os segmentos da sociedade organizada como a Ordem dos Advogados do Brasil, o Instituto dos Advogados, possamos promover ampla discussão e apresentar as sugestões que precisamos para a solução desses problemas.

Uma das teses defendidas é de que a criação de mais varas de execuções penais ou a designação de mais juizes para as já existentes e a sua descentralização para as comarcas de entrância final, como por exemplo Londrina, Maringá, Cascavel.

Com isso, o Estado como ente jurídico do Direito Público, englobando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estará dando uma contribuição objetiva para o problema penitenciário e, sem dúvida desafogando todo sistema carcerário paranaense.

Para concluir, Senhor Presidente, mais uma vez é importante que esta Casa, ao analisar os novos códigos de organização e também da divisão judiciária do Paraná, que certamente estará sendo analisado aqui, nos primeiros dias de fevereiro, estaremos dando ao Paraná e ao Brasil uma grande contribuição para solução do problema penitenciário neste Paraná.

E é também para cumprimentarmos o Secretário da Justiça e Cidadania, José Tavares, pela sua eficiente atuação no recente episódio da Prisão Provisória do Ahú.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se nesta Casa o Professor Athayde Ferrazza, Diretor Geral do CEFET do Paraná e vai fazer uma exposição sobre a mensagem governamental.

O SR. ATHAYDE FERRAZZA - Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Deputados.

Nós pedimos ao Senhor Presidente desta Casa, hoje, para expormos a posição do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná ante a polêmica que se instalou sobre a doação do Instituto Politécnico Estadual ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Como os senhores sabem, o Centro Federal é uma instituição mantida pelo Governo Federal. É uma autarquia com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e pedagógica.

Nós estamos instalados na 7 de Setembro esquina com a Westphallen, num terreno de 25 mil metros quadrados, com 45 mil

metros quadrados de área construída. Temos hoje matriculados e frequentando 8.200 alunos. Nós nos últimos três anos temos conseguido manter um investimento em equipamentos de cerca de 3 milhões de dólares/ano.

Eu assumi a direção agora pela segunda vez em 24 de fevereiro e neste mês passado já importei 650 mil dólares em equipamentos, microcomputadores na área de informática. Estou importando agora, os recursos financeiros estão em caixa, 1,5 milhão de dólares de equipamentos de mecânica da Itália.

O nosso problema é única e exclusivamente de área física. No início do ano comunicamos ao Governo Estadual a necessidade urgente de se ceder espaço físico ao CEFET. Caso isto não viesse a acontecer nós teríamos que, infalivelmente reduzir o número de alunos de 2º grau. Chegamos ao final do ano, esses equipamentos estão chegando, nós não temos espaço físico e acabamos de reduzir 600 vagas para alunos de 2º grau dos cursos técnicos de Eletrônica, Eletrotécnica, Desenho Industrial, Edificações, Mecânica e Telecomunicações.

Propusemos ao Governo do Estado que nos desse então uma área física para que não tivéssemos que fazer isto. Nós temos professores suficientes, temos equipamentos suficientes, só não temos espaço físico.

Como os senhores sabem o ensino de 2º grau é competência do Estado. Mas o CEFET por força da lei que o transformou de Escola Técnica em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná é uma autarquia e é uma instituição de nível superior. Portanto, é uma instituição de nível superior que mantém 2º grau, como a Universidade é uma instituição de nível superior que mantém 2º grau.

A situação de empregos no CEFET: nós passamos o ano passado, aliás, retrasado, 1991, pela pior crise. Nós tivemos 3.8 ofertas de emprego para cada um técnico de 2º grau. Em 1992 nós já recuperamos esta oferta para 5.7, ofertas de emprego para cada um técnico formado. Até 88/89, a média era de 10 ofertas de emprego para cada técnico formado. São alunos que são mantidos pelo Governo Federal. A nossa proposta é de termos uma área física para que estes alunos continuem sendo mantidos pelo Governo Federal e que não tenhamos que reduzir nos próximos quatro anos duas mil vagas de 2º grau do Governo Federal que passariam automaticamente a ter que ser mantidas pelo Governo do Estado.

Então, é esta a nossa proposta e a nossa urgência. Nós não podemos ficar, porque estamos segurando há quatro anos um número excessivo, oito mil e duzentos alunos frequentando a escola naquela quadra.

Nós não temos onde colocar os equipamentos que estão chegando e nós temos que comprar equipamentos para nos atualizar tecnologicamente. Nós não podemos ficar ultrapassados como já está toda a indústria brasileira.

Então, esta é a nossa proposta. Precisamos urgentemente, o CEFET não pode esperar mais. Já divulgou há duas semanas atrás o número de alunos que foram aprovados em 2º grau, com uma redução de 600 vagas. Nós podemos redivulgar esta lista, convocando mais 600 alunos, uma vez que tivemos 5.600 candidatos e só aprovamos 600. Nós podemos recuperar e trazer de volta esses 600, que matriculávamos todo início do ano e que este início de ano deixamos de matricular. Nós não entramos em polêmica com o IPE. Nós, a direção do CEFET não deu nenhuma entrevista a jornais, nem a revistas. Veio hoje ao Presidente desta Casa, uma vez que aqui está o Projeto, trazer o seu problema. O problema é simplesmente este: não temos como manter o número de 8.200 alunos naquela quadra com aquela construção. Também não temos como construir mais, lá. Não adianta levantar edifícios porque falta espaço para área de educação física e espaço para recreação. Nós precisamos, efetivamente, de outro espaço.

A nossa proposta é manter o 2º grau no Instituto Politécnico Estadual. Os alunos que acabaram de ingressar terão os seus currículos garantidos até o final de curso, receberão o Diploma do IPE. O que o CEFET se propõe é de imediato melhorar as condições de laboratório e oficinas que são nulas. O curso de Eletrotécnica do IPE é meramente um curso de manutenção de equipamentos de eletrodomésticos. Não arruma emprego na área de eletrotécnica em lugar nenhum. O curso de Química é um curso pobre, é um curso que fabrica sabão e detergente. Não é isso o que o Paraná precisa. O que o Paraná se propõe é, de imediato, no currículo que aí está, melhorar os laboratórios e oficinas, para que os alunos saiam de lá com o título, em melhores condições. Gradativamente implantar novos currículos.

Nós como educadores, jamais aceitaríamos colocar os alunos de 1º grau na rua. Então, os alunos de 1º grau que lá estão, nós propusemos que eles fiquem, só que, gradativamente, o 1º grau seria extinto. Então levaria 4 anos, não é? Seria extinto gradativamente para assumir as vagas na escola, com alunos de 2º grau.

A outra proposta que temos é de, imediatamente, edificar cerca de 4.000m². Para a metade disso já temos recursos financeiros garantidos, para ampliar o nosso número de vagas. Essa é a nossa proposta e isso o que queria expor a esta Casa.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, gostaria de fazer uma colocação. O Senhor me permite?

(Assentimento).

Inicialmente eu quero cumprimentar o Professor pela sua vinda à Assembléia Legislativa, trazer a esta Casa, esclarecimentos tão importantes como faz Vossa Excelência sobre este projeto aqui encaminhado pelo Governador Roberto Requião que, mostrando grande sensibilidade política e uma grande eficiência administrativa, busca entregar ao CEFET esta área.

O CEFET, na verdade, meu caro professor e aqui eu quero dar o meu testemunho, é uma escola moderna, é uma escola que tem um currículo atualizado, adequado às nossas necessidades de trabalho, ao nosso mercado de mão-de-obra.

Por esta razão, o CEFET tem um ensino de qualidade, com currículos atualizados, com matérias e disciplinas condizentes com a nossa realidade e a realidade hoje do progresso da eletroeletrônica, do progresso moderno e prepara efetivamente os alunos para a vida profissional, haja vista e tanto é verdade que os alunos do CEFET, quando estão lá no meio do curso, já conseguem com muita facilidade, colocações nas mais renomadas empresas do Paraná e do Brasil.

Presta portanto o CEFET, um grande serviço de grande alcance social, humano e técnico a este Estado e a este País.

Testemunho também, porque na minha Cidade, Cornélio Procopio o CEFET já está implantando, está entrando em funcionamento este ano, com cursos que já despertam a atenção de todo o norte do Paraná, que para lá já querem se dirigir, para cursar o CEFET, porque sabem que cursando o CEFET, saem dali com um diploma que lhes abre as portas do sucesso, do êxito e da garantia de encontrar mercado de trabalho.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que estou bastante sensível a este projeto, acho que o Governador Roberto Requião acertou mais uma vez em encaminhar a esta Casa e nós estaremos dando uma grande contribuição ao Paraná e ao Brasil, em aprová-lo e cumprimento Vossa Excelência pelos seus brilhantes esclarecimentos na tarde de hoje nesta Casa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Professor, uma informação apenas.

Efetivada a cessão do imóvel, qual é a previsão, dentro de três, cinco anos, do número de cursos que o CEFET objetiva ministrar?

O SR. MOACIR ATHAYDE FERRAZZA - A proposta inicial é a seguinte: nós passaríamos para lá, o Curso Técnico de Edificações que tem na Sete de Setembro, inclusive com

o Tecnólogo de Construção Civil, nível superior, modalidade edifícios. Isso abrangeria os cursos de Topografia, Saneamento que hoje tem. Nós passaríamos todos os laboratórios para lá, nas construções que pretendemos fazer. Transformaremos o Curso Técnico de Química, num Curso Técnico de Química que o Paraná precisa, que o Brasil precisa a exemplo do que temos um Curso de Química hoje funcionando em Medianeira, direcionado para a industrialização e conservação de alimentos, grãos, carnes e laticínios; esse Curso direcionaríamos para materiais, plásticos, cerâmicas, novos materiais, que é um curso extremamente necessário para o País.

Então nós redirecionaríamos o curso a partir de uma nova entrada, o aluno que lá está, permanece com o direito ao currículo que lá está. Este é um direito garantido por lei.

O Sr. Erondy Silvério (Aparte) - Eu, ao contrário do que afirmou o nobre Deputado Oswaldo Trevisan, não discuto aqui a eficiência do CEFET, não discuto aqui a conveniência ou não dessa cessão. É que esta Casa é a ressonância do clamor popular. E, lamentavelmente, o Governo do Estado não cercou-se dos cuidados necessários de promover reuniões preparatórias com os pais de alunos, com a comunidade, especialmente a do Boqueirão.

Então, esta comunidade procurou diversos Deputados desta Casa receosos de que faltassem realmente vagas para cerca de 200 alunos da quinta série. Nós não tivemos nenhuma condição de responder e de atender a esse receio. Houve, por parte do Governo do Estado, incúria. Então, não estamos admitindo esta pressa. Eu acho que esta Casa não pode votar apressadamente esta Mensagem. Esta Mensagem deverá ser votada quando reabrir o novo período legislativo a 15 de fevereiro.

Entretanto, asseguro a Vossa Excelência que votarei favoravelmente desde que a comunidade receba as informações que Vossa Excelência está prestando à Casa hoje, porque não podemos procurar um por um dos membros daquela comunidade para assegurar isso que Vossa Excelência está assegurando. E este é um trabalho da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Paraná, de informações, de comunicar-se com os membros daquela comunidade informando o que será nas mãos do CEFET a administração do Centro Politécnico.

É exatamente esse o nosso ponto de vista. Nós não estamos discutindo aqui a eficiência ou a ineficiência, a vantagem ou a desvantagem da cessão. Estamos apenas discutindo que não houve, por parte do Governo do Estado, a atenção necessária que deve merecer uma comunidade obreira e tra-

balhadora como é a comunidade do Boqueirão.

O SR. MOACIR ATHAYDE FERRAZZA - Deputado, só estamos colocando aqui nesta Casa a nossa situação porque fomos colocados dentro de uma polêmica.

Acho que o CEFET é uma instituição de respeito...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Ninguém coloca dúvidas sobre isso.

O SR. MOACIR ATHAYDE FERRAZZA - As condições impostas pelo Estado, tivemos autorização do meu Conselho Superior e colocamos por escrito.

Estas condições estão escritas e estão em mãos do Governo mantendo todos estes direitos.

Temos uma informação, também de que cerca de 60% dos alunos do IPE lá estão, porque, não conseguiram aprovação nos exames do CEFET. Por isso é que se dirigiram ao IPE como uma segunda oportunidade uma vez que não foram aprovados nos exames de seleção do CEFET.

Por isso me traz até a lógica o direito de pensar que a comunidade conscientemente não teria porque dizer não, a não ser talvez, e até me lembro que há alguns anos atrás quando se discutia muito a situação do IPE passar para o CEFET, naquela época nós dizíamos que lá ia ser um campus do CEFET. E um professor, nosso, esteve na Assembléia e a comunidade obteve a informação de que o CEFET ia fazer daquilo lá um "campus de futebol".

Então quando a comunidade é enganada, quando nós chamamos aquilo de "campus do CEFET" e dizem à comunidade que aquilo será um "campus de futebol" e a comunidade acredita, nós tivemos que ficar quietos porque não quisemos entrar em polêmica.

Por que não entramos em polêmica? Porque para nós, Professores e funcionários do CEFET, não assumir o IPE é uma dor de cabeça a menos. Nós temos os mesmos salários, os mesmos professores. Os professores são contratados por 20, 40 horas, nenhum se reduzirá a carga média, o salário é o mesmo. Se a carga média hoje é de 12 aulas para cada 20 horas e se baixar para 10 ou para 8, o professor vai ficar feliz, porque trabalhará menos e ganhará a mesma coisa. A nossa proposta é uma proposta paranista. Nós não entendemos que o Paraná possa perder duas mil vagas. Se o Governo trouxe para esta Casa e a forma como ele trouxe, realmente não nos cabe discutir então nós não entramos nessa polêmica.

O Sr. Paulo Maia - Concede-me um aparte? (Assentimento).

Permita-me saudá-lo pela presença nesta Casa e os esclarecimentos que Vossa Excelência trás. Eu sou professor da Rede Pública Estadual e nesse momento após as declarações do nobre Deputado Oswaldo Trevisan, eu me sinto bastante a vontade para aqui ver confirmado aquilo que sempre denunciávamos em termos das condições das escolas públicas, quando o nobre Deputado dizia que a Escola IPE não dava as condições da formação de mão-de-obra e não dava condições semelhantes ao CEFET, é reconhecer de fato aquilo, que os professores da Rede Pública Estadual sempre denunciaram, a péssima qualidade de educação lamentável ou de aspecto não semelhante ao CEFET que se pratica nas escolas públicas está reconhecida e é pela falta de investimentos, pelo sucateamento e pelas condições em que se encontram as escolas públicas e aqui hoje ficou reconhecido por um elemento do próprio Governo. Isto é uma realidade. Nós conhecemos pessoalmente o Instituto Politécnico quando presidia a Associação de Professores do Paraná, estive no Instituto Politécnico quando naquela oportunidade no Governo Álvaro Dias tentou-se o mesmo processo e o Secretário Belmiro Valverde foi até a comunidade e procurou ouvi-la, esteve presente e foi reprovada a tentativa, a iniciativa pela comunidade que é a dona da escola. Porque hoje a realidade do Instituto Politécnico se ele vai mal é porque o Governo do Estado não tem investido neste Instituto, porque uma coisa tem que ser dita a esta Casa e quem duvidar que vá "in loco" prove, que se o Instituto ainda funciona, que acredito funciona bem, em vista das escolas públicas do Paraná, se ele ainda funciona nestas condições é graças àquela Comunidade, é graças a uma Cantina que mantém os poucos recursos para o trabalho de química, física e biologia daquela escola.

Então hoje eu posso afirmar aqui, depois do que eu ouvi em cima da explanação de V.Exa. e daquilo que a gente vê a nível de Governo aí está a nossa preocupação, quando a gente ouve o Governo do Estado dizer que o custo do Instituto hoje é muito alto para o Estado. Isto é horrível de se ouvir; a Educação na nossa visão como Educador é um investimento a longo prazo, e o Instituto hoje quiçá pudesse cada cidade do Estado ter o Instituto funcionando nas condições em que funciona o Instituto Politécnico Estadual. De condições como V.Exa. disse de qualidade que não daria as condições semelhantes ao CEFET. Isso é óbvio porque o Governo Federal está investindo seriamente no Centro Federal de Educação. Esse currículo atualizado não se discute como tentou dizer o Deputado Oswaldo Trevisan - que o currículo do CEFET era um currículo atualizado. O Governo

Federal não está respeitando a Educação nos Centros Federais de Educação. Eu acho que isto é uma realidade que não se discute a qualidade do CEFET, todas as cidades do Paraná gostariam também de ter essas oportunidades. Eu me somo aqui ao que disse o nobre deputado Erondy Silvério, a nossa preocupação aqui não é ser contrário a essa iniciativa porque eu acho que o Paraná ganha quando se investe em Educação, mas a nossa preocupação se prende ao fato de que aquela comunidade nos procurou, tem nos procurado e quer ser ouvida e a nossa preocupação neste momento é de que aquela comunidade seja ouvida e jamais nos colocaremos contrário a qualquer iniciativa de qualificação da escola pública do ensino público no Estado do Paraná.

Agora é lamentável que um Governo que pensou nessa iniciativa tenha deixado apenas para um momento de sufoco apresentar essa proposta, porque não apresentou no transcurso do ano, porque nós não teríamos o problema, hoje, do CEFET, mas temos aí uma briga com o Colégio Militar que também poderia ter sido aproveitado pelo CEFET. Então a nossa preocupação hoje se prende a esta peça e a esta preocupação de no sufoco tentar impor à Assembléia Legislativa uma medida que a Comunidade está pedindo para ser ouvida. Eu acho que ninguém é mais responsável para uma escola do que aqueles que contribuem com seus impostos para mantê-la. Agradeço a presença de V.Exa. Digo a V.Exa. que, de fato, o CEFET é um exemplo que nós da rede pública estadual gostaríamos de tê-lo nas nossas escolas públicas do Paraná. Lamentavelmente esta briga tem nos levado às ruas diversas vezes, cobrando um ensino de qualidade também nas escolas públicas do Paraná. Quiça um dia nós teremos nas escolas públicas o exemplo dinâmico, eficiente e capaz do CEFET.

O DR. ROSINHA - A princípio nós não temos nada em contrário que o IPE passe para o CEFET e nada contrário com a melhoria do ensino público. O que ocorre é que tudo chega aqui a toque de caixa e sem nenhuma discussão. Eu acho que algumas constatações já foram feitas. Não precisa o Deputado Paulo Maia reforçar aquilo que disse o Deputado Oswaldo Trevisan porque está escrito no ofício que V.Exa. recebeu do Governador, que diz: "O Estado do Paraná coloca a educação como prioridade, mas não tem investido como deve".

Então está no próprio ofício a confissão do sucateamento da escola pública do Estado, não adianta querer dizer o contrário. Essa Mensagem chegou aqui recentemente, ela provavelmente veio incompleta dentro dos documentos necessários, numa análise correta. Por exemplo, não sei se o

Senhor tem e nós não temos, qual o parecer do Conselho Estadual de Educação? Qual o parecer do Secretário Estadual de Educação? Não sei se o Senhor recebeu esses documentos porque nós não recebemos! E como que um Deputado vai votar um Projeto de suma importância sem alguns pareceres?

Esse Projeto entrou na Ordem do Dia sem parecer da CCJ, sem parecer da Comissão de Educação desta Casa! Portanto, ele está eivado de irregularidades, no nosso entender, de tramitação e da maneira como a Mensagem deu entrada aqui. Por isso que se torna impossível de votar, por todas as justificativas que o senhor fez, podemos concordar com elas, até na íntegra concordamos, mas é impossível votar essa Mensagem dessa maneira por essas razões.

E, por último, suponho que o senhor tenha esses pareceres e quando o CEFET fez a proposta para o Governador do Estado de aceitar aquele patrimônio, aqueles prédios para lá investir. Porque aí temos que ver se também houve um tempo para a elaboração de todos esses pareceres.

PROFESSOR FERRAZZA - Nós não temos por escrito nada disso. Nós temos a comunicação feita, inclusive pessoalmente a mim, do Secretário de Educação - Professor Elias Abrahão de que havia convocado a direção do IPE e a direção do Instituto Politécnico Estadual tinha sido comunicada e estava favorável. Foram palavras do Secretário Elias Abrahão, a mim. Segundo, ao CEFET Paraná, não interessa se o Conselho Estadual tem parecer ou não ...

O DR. ROSINHA - Mas a nós, Deputados, interessa!

O PROFESSOR FERRAZZA - Eu estou trazendo a posição do CEFET.

O DR. ROSINHA - Mas só pela posição do CEFET nós não vamos votar, nós temos que ter uma posição concreta.

O SR. PROFESSOR MOACIR FERRAZZA - Eu não pedi à Assembléia que vote hoje ou amanhã...

O SR. RENATO ADUR - Eu proponho que o nobre Diretor do CEFET conclua a sua exposição e após a exposição do Diretor do CEFET que V.Exa. suspenda a Sessão por 5 minutos para que possamos chegar a uma conclusão a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sugestão de V.Exa. é aceita. Vamos esperar a conclusão da exposição do Professor.

O PROFESSOR FERRAZZA - Então eu acho que tudo que havia a ser dito foi coloca-

do. Eu não estou querendo, aqui, que esta Assembléia vote, hoje, ou amanhã porque eu não entendo dos trâmites da Assembléia, eu entendo muito de educação, penso que entendendo um pouquinho de educação tecnológica pois a ela eu me dedico há 26 anos.

Conheço todo o sistema de educação tecnológica do Brasil, de todos os principais países do mundo e tenho vivenciado isso há 26 anos.

Se o Governo trouxe com a devida antecedência ou não, se trouxe com a devida informação, eu não acompanhei.

Eu tenho apenas autorização do meu Conselho Diretor, que é um Conselho superior a mim, dentro da minha Instituição, para negociar com o Governo a cessão, a escrituração do terreno e da obra, para eu poder dar andamento e construir.

Eu não posso, o CEFET do Paraná não pode construir, por normas federais, em terreno que não seja do patrimônio do CEFET ou da União. Então essa é a necessidade da doação do patrimônio.

Eu estou aqui para dizer a esta Casa que nós não temos condições de manter o número de alunos que nós temos mantido, única e exclusivamente por questões de espaço físico, e gradativamente, ao longo dos próximos 4 anos, se nós não estivermos de posse de um espaço físico condizente para isso, estaremos reduzindo cerca de 2.000 vagas. O CEFET, em Curitiba, ao invés de 8.200 alunos ficará com 6.200. Estamos crescendo em vagas no interior do Estado, mas em Curitiba, lamentavelmente, nós somos obrigados, e eu estou trazendo a esta Casa que representa o povo paranaense, esta informação.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Professor Athayde fez a exposição, a meu pedido, pedido do Presidente da Assembléia, porque nós mantivemos hoje uma longa conversa e as explicações do Professor me convenceram. Com isso, no entretanto, não vale dizer que a Assembléia tenha que aprovar este Projeto, hoje.

Eu conversei com o Professor e ele me informou que se a Assembléia aprovar ou não até 20 de fevereiro o Projeto, ele ainda terá condições de, se for aprovado, de fazer funcionar a Escola, não é isso, Professor?

O PROFESSOR ATHAYDE - É Presidente, nós ainda temos condições, isso não seria o ideal, porque o Sr. veja 5.600 alunos fizeram a seleção e o resultado foi divulgado, com esta aprovação nós chamaríamos os alunos o mais rápido possível, os demais alunos, se for até 20 de fevereiro, provavelmente, estes alunos procurarão matrículas em outras escolas, particulares.

ou públicas e se matricularão, para não ficarem sem vagas. Não é o ideal mas ainda dá para nós...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas se abrir as vagas 20 de fevereiro eu tenho certeza que nenhum ficará sem vaga.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu quero deixar aqui posicionada a minha colocação, já que o Deputado Adur pediu encerramento da Discussão, com relação a este fato, mesmo porque no início desta Sessão eu estava na companhia do Professor Athaide, do Deputado Renato Adur, discutindo essa questão do Projeto.

O que é bom esclarecer e já foi dito pelo Líder da nossa Bancada, Paulo Maia, já foi dito pelo Dr. Rosinha, pelo Deputado Erondy Silvério, de que não há nenhuma intenção desta Casa em não permitir que se faça uma melhoria do ensino, no Estado do Paraná, especialmente na Capital do Estado. O que não se concebe, e eu vou repetir aquilo que já foi dito, que foi a tônica do meu pronunciamento no dia que pedi a retirada do Projeto da Ordem do Dia. Esta Casa não pode votar, ao final de uma gestão, um Projeto totalmente incompleto, sem Parecer da Comissão de Educação, sem Parecer da Comissão de Finanças que também tem que ser chamada para dar o seu Parecer, sem o Parecer da Comissão de Justiça e sem o Parecer, ~~passam~~ os Srs., e aqui é que eu coloco uma dúvida maior, será que o próprio Secretário da Educação está convencido desta alteração? Porque não há sequer um Parecer dele dentro do Projeto! Então não estamos aqui polemizando em cima do CEFET, em absoluto, o CEFET tem o nosso maior respeito. Se tem um que tem valorizado o CEFET tem sido este Deputado, não só aqui na Assembléia mas nos meios de comunicação.

Mas o que a gente quer, Sr. Presidente, é praticamente garantir ao Professor Athayde, ao CEFET, que a Assembléia vai estudar, com muito carinho, e que este prazo, até o dia 20 de fevereiro, é um prazo suficiente para que o Governo do Estado, que até agora não investiu um tostão no IPE, que é a comunidade que mantém aquela escola, e se ela não tem uma melhor qualidade de ensino não é por culpa de seus professores, mas sim por culpa do Governo do Estado que não investe no IPE, haja vista que até a própria Prefeitura de Curitiba tem ido lá fazer trabalho de manutenção, criando áreas de lazer para ajudar aquela comunidade.

Então o que acontece? O Instituto de Previdência Social, IPE, a Secretaria de Educação e o próprio CEFET terão tempo daqui até o dia 20 de fevereiro para sentar com a comunidade, convencer a comunidade

que é a melhor proposta para ela, é boa, é ótima e virá para a Assembléia já até com o plebiscito da própria comunidade, que é favorável à esta alteração.

Não nos opomos à alteração, em absoluto. O que queremos é votar uma matéria consciente da responsabilidade. Porque é muito fácil para muitos Parlamentares aqui que são do interior quando é para votar matérias referentes ao Interior. É preciso ter muito cuidado. Não é uma questão de corporativismo, de vir aqui votar uma matéria e deixar o "pepino" para quem mora em Curitiba. Queremos ajudar, queremos ser devidamente convencidos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença do Professor.

A matéria fica para fevereiro. Não há condições psicológicas de aprovar, ou de não aprovar. A presença do Professor foi muito importante. Mais uma vez, repito, foi a meu pedido, porque estou plenamente convencido da justeza desta mensagem, mas não há condições psicológicas.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

A Mesa registra a presença do ex-Prefeito de Ubatuba, Valdir Dialécio e do Prefeito eleito, Arnaldo Ferreira Sucupira. Com muita satisfação que a Mesa os recebe.

Subemenda Substitutiva Geral à Emenda Substitutiva n° 01 de Plenário, ao Projeto de Lei n° 417/92 de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, devidamente apoiada.-A CCJ., para apreciar.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 002/93, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 002/93

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em dezembro de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de janeiro de 1993, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1993, na forma das tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - Os valores atribuídos aos cargos em comissão, funções gratificadas, gratificações de produtividade e gratificações de representação de gabinete e o salário família ficam reajustados nos mesmos percentuais atribuídos pela presente Lei.

Art. 3º - O valor da pensão especial fica reajustado nos mesmos percentuais atribuídos pela presente Lei, de forma preservar a proporção estabelecida pelo art. 260, da Lei nº 6.174/70.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.01.93.

(aa) **BÁSILIO ZANUSSO** - Presidente
EURIDES MOURA - Relator

(As tabelas foram publicadas no D.A. nº 200 de 11.01.93).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 2164 de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Aprovado.

Os Senhores Deputados que desejarem visitar Cuba nesta representação oficial da Assembléia o farão por conta própria.

Requerimento nº 2166 de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2163 de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2167 de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Algaci Ru-

lio, Cezar Silvestri e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Indeferido.

Será examinado pela Comissão Executiva.

SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu gostaria de encaminhar esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não estou votando esse Requerimento, isso é matéria de exclusiva competência da Comissão Executiva da Mesa.

SR. PAULO MAIA - Um momento, eu gostaria simplesmente que o Plenário tomasse conhecimento do teor do requerimento.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido Plenário requerem seja concedido aos funcionários que desempenharam funções no período extraordinário nos vários setores da Casa, em especial a Taquigrafia, Gráfica, assessoria do Plenário e outros convocados, o pagamento de gratificação.

A Mesa desde já indefere o requerimento, o serviço é prestado no período de trabalho dos funcionários, não é férias dos funcionários.

SR. PAULO MAIA - Em nome da nossa Bancada nós lamentamos a decisão porque nós achamos por bem que seria apenas um reconhecimento ao trabalho do pessoal.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não fizeram mais que a obrigação de trabalhar. Antes do encerramento da Sessão eu solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos trabalhos realizados na presente Sessão Legislativa da 12.ª Legislatura.

SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes da leitura será que posso usar as Explicações Pessoais, rapidinho.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Explicação Pessoal é depois, mas se Vossa Excelência quiser falar nós vamos ouvir.

SR. OSWALDO TREVISAN - Então vamos falar, Senhor Presidente.

É que eu queria fazê-lo por ocasião quando o nobre Deputado Paulo Maia deu aparte ao Professor Athayde, e o Deputado Paulo Maia, brilhante como sempre, com toda sua competência Parlamentar, pôs ali palavras na minha boca que eu não disse, e usando de um sofisma, esse sofisma é o silogismo mal formulado, é o silogismo que

parte de uma premissa falsa, o nobre Deputado Paulo Maia afirmou que eu havia dito que o ensino público no Paraná não é de boa qualidade, pôs, portanto, palavras na minha boca que eu não disse. O que eu disse, na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu disse que o CEFET é uma escola de mais alta respeitabilidade, que prepara com muita eficiência os seus alunos e lhes abre a porta do mercado de trabalho, a porta do sucesso, a porta do êxito. Longe, portanto, isso de dizer que o ensino público não é bom. Pelo contrário, quando nós dizemos que o CEFET no Paraná é uma escola boa, consequentemente, ele é um estuário, ele abre o caminho para que as demais instituições públicas no Paraná também tenham ensino de boa qualidade. E prova disso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o ensino público no Paraná tem recebido a maior quantidade de matérias, tem sido procurado com bastante quantidade de alunos e muitos alunos estão se transferindo das escolas particulares para as públicas do Paraná, numa mostra de que o ensino público do Paraná também é de boa qualidade e também em eficiência. A diferença, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o CEFET é uma escola eminentemente técnica, Nobre Deputado Paulo Maia.

Naquele momento eu queria pegar só Vossa Excelência, mas como, depois, também falou o Nobre Deputado Doutor Rosinha, de raspão também eu preciso pegar o Nobre Deputado Rosinha. O CEFET é uma escola de ensino técnico-profissionalizante e o ensino público e das demais escolas é mais amplo, ensina também todas as áreas das ciências exatas e humanas. A diferença é esta, meu Nobre Deputado Paulo Maia.

O importante também que nos passou despercebido; o professor Athayde ao relatar sobre o CEFET nos deixou claro que o segundo grau hoje continuará sendo ofertado também pelo CEFET.

Era esse o esclarecimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu queria dar: eu disse que o CEFET é eficiente, mas não disse que a escola pública não é eficiente como disse o Deputado Paulo Maia. Haja vista que a escola pública do Paraná atravessa o seu momento de melhor desempenho com grande clientela, com grande procura, o que é uma mostra de que a comunidade do Paraná reconhece que o ensino público deste Estado é de boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à leitura da sinópsse dos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Toti Colaço) - (Procede à leitura da Sinópsse dos trabalhos).

(A Sinópsse dos Trabalhos foi publicada no início deste Diário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a Sessão por alguns instantes para a lavratura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Procede à leitura da Ata).

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Eu entendi que Vossa Excelência suspendeu a Sessão e o 2º Secretário imediatamente iniciou a leitura!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É porque o 2º Secretário é dinâmico.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Mas o Senhor não reabriu a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou reabrir então.
Está reaberta a Sessão.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Então, eu quero me inscrever em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Procede à leitura da Ata).
(É aprovada a Ata).

Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha, inscrito.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos encerrando agora um período de sessões extraordinárias que mostra através do relatório já apresentado quais foram as atividades desempenhadas por esta Casa de Leis.

Eu como Líder do PT entendo que boa parte do que está colocado no relatório poderia ser feito e concretizado sem estarmos em sessões extraordinárias. A sessão extraordinária por si só é importante para aprovação de projetos de leis, projetos de leis, esses, que ficaram limitados apenas aos cinco que foram apresentados pelo Sr. Governador.

Cabe ao Sr. Governador Roberto Requião explicar à sociedade paranaense porquê mandou esses projetos em caráter extraordinário e não durante o período ordinário desta Casa de Leis, uma vez que implicou numa despesa de aproximadamente um bilhão

e setecentos milhões de cruzeiros para votarmos projetos que poderiam sem dúvida ser analisados no ano passado no período ordinário.

Esta Casa cumpre o papel como um Poder Legislativo ao ser convocada para analisar. Qualquer convocação nós entendíamos que analisaríamos projetos inadiáveis, que analisaríamos projetos que durante o período ordinário não foi possível de ser votado, mas não, todos os projetos enviados pelo Sr. Governador poderiam ter sido votados no mês de novembro e dezembro, portanto as despesas efetuadas para o funcionamento desta Casa de Leis é de inteira responsabilidade do Sr. Governador e no nosso entender, inteiramente desnecessário uma vez que poderíamos dar conta no período ordinário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado o período de convocação de sessões, extraordinárias convocadas pelo excelentíssimo Sr. Governador do Estado da 2.^a Sessão Legislativa da 12.^a Legislatura, ressalva a possibilidade de nova convocação de Sessões Extraordinárias, e convoco ainda, os Srs. Deputados para as Sessões preparatórias de Eleição da Mesa, à realizar-se às quatorze horas e trinta minutos do dia 13 de fevereiro de 1993, conforme dispõe o Artigo 7º do Regimento Interno.

A Sessão está encerrada.

Levanta-se a sessão.

Transcrições.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE JANEIRO DE 1993.

"FERROESTE: PARANÁ E EXÉRCITO".
veiculada na coluna Informativo Militar, editada regularmente pelo jornal Gazeta do Povo.

O Paraná reiniciou a Ferroeste. Para isso se aliou ao Exército Brasileiro. O Paraná e o Exército Brasileiro se unem para construir uma estrada de ferro que vai ligar o Paraguai, o Norte da Argentina e o

Oeste do Paraná ao Porto de Paranaguá. É um projeto com a marca da audácia que vai criar o mais moderno corredor de exportação do País.

As obras de infra-estrutura da Ferroeste entre Guarapuava e Cascavel já começaram. Nesse trecho, dois batalhões ferroviários do Exército executam os serviços de terraplenagem, obras de arte e o único túnel da ferrovia. Esses trabalhos estão orçados em 80 milhões de dólares. Outros 90 milhões de dólares estão reservados para serem aplicados na super-estrutura: lastro, dormentes, trilhos, sinalização e comunicações.

A parceria entre o governo do Paraná e o Exército possui características inéditas que, provavelmente, servirão de referência para outros empreendimentos. Com a prestação de serviços sem objetivo de lucro, dispensa de uma série de tributos e aquisição direta de insumos, foi possível produzir uma redução considerável no orçamento original da obra. Nessa parceria com o Exército, o Paraná economizou 40 milhões de dólares.

O Governo do Paraná teve acesso a um estudo de produtores de soja norte-americanos. Esse documento diz que a produção de grãos no Sul do Brasil é tão ou mais eficiente que a dos Estados Unidos, mas garante que os produtores brasileiros não têm condições de competir em pé de igualdade devido aos altos custos de nossos fretes internos. Ao iniciar as obras da Ferroeste é uma aspiração secular do povo do Paraná. Ela mudará o perfil econômico do estado. A partir dessa estrada de ferro será possível promover uma pequena revolução econômica. Essa revolução se dará a partir da redução substancial dos custos do transporte até os pólos industriais e ao Porto de Paranaguá. A partir daí poderemos garantir preços competitivos para nossa produção no mercado internacional.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE JANEIRO DE 1993.

"LERNER, ENTRE O TRÁGICO E O KISTC".

de autoria do Jornalista Fábio Campana, veiculada pelo Jornal Correio de Notícias.

Depois de três gestões, doze anos de governo municipal, Jaime Lerner deixa Curitiba equipada com um notável rol de obras que faria inveja à Mamãe Grande, de Garcia Marquez. Embora o ar de modernidade, Lerner tem tudo a ver com o personagem emblemático do exercício do poder nestas colônias latino-americanas. Seu espólio é digno da melhor tradição de nossa cultura ornamental. Saiu aplaudido, empossando o sucessor. O espetáculo é o de sempre. Fogos de artifício e ufanismo. Cumprimentos para o Papai Grande que da Arena do regime militar ressurgiu para sentar-se à mão direita de Leonel Brizola professando a fé social-democrata faz-de-conta. Soube aproveitar a oportunidade para reciclar a imagem na época em que o brizolismo tinha como slogan a máxima de Lavoisier: Aqui nada se perde, tudo se transforma.

Mas façamos justiça. Tirando alguns quilos, alegorias e novas frases de efeito, o Lerner de hoje não é diferente daquele que o governador Haroldo Leon Peres, cônsul do general Médici, descobriu para a política em conversas sobre a reforma de um banheiro. Vinte e dois anos depois, Lerner mudou a cor da fantasia como fez com o Papai Noel, mas não abriu mão de sua fervorosa opção pelos mais ricos.

Basta espiar seu testamento de obras para reconhecer o arquiteto ao gosto de nossas elites que costumam resvalar pelo kitsch. A Ópera de Arame copiada em Paris, a estufa do Jardim Botânico, de bonito modelo inglês, o metrô que não é metrô mas com ele se parece, os portais de mau momento de inspiração própria, o improviso bem ensaiado, o poder da televisão, as escolas integradas testadas no Rio e que aqui não funcionam, os arcos dos trezentos anos, a defesa do verde, a propaganda intensiva, as esculturas tubos levadas à Praça Lorque para serem aplaudidas, as frases de efeito, o lugar comum, as mil e uma vernissagens de pintores desconhecidos,

as expressões tomadas por empréstimo e nunca devolvidas, a funcionalidade do acrílico, o olhar que Curitiba respeita, a terceirização do controle político da Câmara Municipal, a amizade sincera do cartel do transporte coletivo, o grupo Pró-Cidade de leitores amigos, a cordialidade na política, o sucesso nas pesquisas de opinião, as mensagens de adesão, a aversão aos políticos, o Papai Noel verde, o aditivo nas licitações, a crítica dita irresponsável dos inimigos e do procurador do Tribunal de Contas movidos pela cobiça e inveja, a admiração e espanto de França, Europa, Bahia, Brasília e América do Norte que mais uma vez se curvam diante do talento local, os artistas de renome que nos visitam, a candidatura ao posto mais alto da República, e, se Brizola não deixar, ao governo do Paraná.

Lerner é isso. Realiza o sonho de certo tipo de políticos tradicionais dos chamados países pobres. O objetivo é parecer um líder do Primeiro Mundo. Daí essa vontade de reproduzir, na periferia onde vivemos, os monumentos da metrópole. A imitação é o estilo. O kitsch é o resultado. As nossas elites adoram. Condenadas ao subdesenvolvimento cultural do País, gratificam-se com a falsa ideia de que vivem num oásis comparável aos padrões de vida e cultura de Nova Iorque, Londres ou Paris. Ilusão que infelizmente é compartilhada pelos que mais sofrem com esse tipo de embuste. Pobre gosta de rico. Desde que não seja muito pobre. Imita-o como pode. Seria facilímo demonstrar isso em mil e uma instâncias, particularmente numa análise das manifestações inconscientes do povo pelas artes. Mas a metafísica de classe dos ideólogos jamais reconhecerá esse fato.

Lerner faz sucesso como faziam os prefeitos que instalavam fontes luminosas em praças do interior. A obra ornamental sempre impressiona mais que uma necessária rede de esgotos. Basta copiar com certo talento do brat-

vo e granjeará mais vitórias que qualquer outra iniciativa. Mas é necessário parecer original. Como lembra o Luiz Geraldo Mazza, os arquitetos e urbanistas europeus e americanos insistem em copiar o estilo Lerner, mais de quinhentos anos depois de que não faz mais falta a dos outros.

DUAS CIDADES

A Curitiba do Primeiro Mundo que alimenta o orgulho lernista é a dos ornamentos. A cidade em sua área central, nos bairros ricos, nos shoppings, nas ruas onde circulam carros importados do ano, nos parques onde executivos e madames suam para evitar a flacidez. Uma pequena cidade, de menos de 400 mil habitantes. A outra Curitiba, de cerca de um milhão de habitantes, é muito diferente. É uma cidade aflita com a miséria, o desemprego, a violência crescente, a ausência de infra-estrutura urbana. Em seus limites, o esgoto suja a paisagem em valas abertas onde crianças brincam em intimidade com a sujeira e a doença.

Lerner não enfrentou nenhum dos problemas sociais graves de Curitiba. Em seu período, o déficit habitacional aumentou. A falta de teto induziu sucessivas invasões organizadas de áreas públicas e particulares. Enquanto isso, a Cohan da administração Lerner era denunciada pelo superfaturamento na aquisição de terrenos. Iniciou um único projeto de loteamento popular, no Sítio Cercado, rebatizado como Bairro Novo. Mas nem por isso deixou de distribuir chaveiros comemorando a construção de 40 mil novas habitações em Curitiba. A propaganda foi sempre mais eficiente que a obra.

O transporte coletivo virou o carro-chefe do seu marketing abusivo. Mostrado exclusivamente como o melhor do Brasil e exemplo de solução para todas as pragas do mundo, valeu a ostentação um único título real de atômico, o primeiro do mundo em eficiência.

vereadores, assessores do gabinete de Lerner e membros do Sindicato dos Transportes Coletivos num escândalo de proporções inéditas. As liga-

ções perigosas entre esses grupos acabou demonstrando que a instância superior de poder na cidade residia no sindicato dos empresários do transporte que, além do próprio setor, teve o controle da Câmara Municipal e dos atos do próprio prefeito através de maioria organizada de vereadores no grupo Pró-Cidade.

Entre a propaganda e a realidade, um abismo de mentiras. Lerner comemorou a construção de cinco mil obras físicas. Em sua aritmética publicitária contou cada sala da mesma escola para chegar a um número expressivo. O certo é que faltam postos de saúde, creches, escolas, hospitais nos bairros periféricos de Curitiba. Na cidade de Jaime Lerner cerca de mil crianças perambulam pelas ruas. Sem família, sem lar, abandonadas. Vivem daquilo que a vida lhes proporciona nos pequenos furtos, na iniciação ao roubo, nas pequenas doações e nas viagens cheirando cola. Jamais conseguiram o status de prioridade. Ficaram à margem das reformas urbanas, da redecação do centro. São tratadas como estorvo. Talvez essa realidade da infância, que Lerner diz não existir, seja o que há de mais expressivo de sua administração marcada pelo desprezo aos que mais precisam de governo.

TEORIA POLÍTICA

A teoria política de Jaime Lerner, se é que podemos falar em teoria, corresponde à sua prática. Artificiosa na forma, simplória nas idéias. Faz sucesso nos círculos mais ingênuos e despreparados a tese lernista de que a solução para os males que afligem a humanidade está nas cidades. Ou seja, na administração dos problemas urbanos. Dizem os detratores que a concepção política de Lerner tem a dimensão que lhe corresponde, a de político municipal. Mas a alevisia não basta. E preciso mostrar que esse tipo de urbanis-

mo não é a maravilha curativa para os problemas que corroem as entranhas da Nação há décadas.

A verdade é outra. Não temos capacidade para planejar nem mesmo o crescimento das cidades enquanto não dermos conta de alguns entraves de dimensão nacional. Começando pelos institucionais. A forma de governo, a reorganização jurídica, o processo de escolha, a representatividade do parlamento, são questões que Lerner define como secundárias. São problemas de ordem política,

às quais ele se contrapõe como um homem prático, do tipo faz tudo, pronto para resolver os defeitos triviais que incomodam o cidadão, do vazamento nas torneiras ao desenho de uma nova praça. Nunca o municipalismo e as velhas teorias do *piccolo è bello* foram levadas tão longe transformando-se em tese caricatural. Não é sem razão que os técnicos do Bird e do Bid foram acometidos de riso incontinente ao ouvir tamanha estultície em pomposa palestra.

Estão fora da pauta lernista as questões vinculadas à nossa soberania, como a dívida externa. Nem de longe lhe passa pela cabeça a questão fundiária, o perfil da produção e a integração de mercados. Por ele continuarão pendentes problemas como a expansão da economia e a marginalidade de amplos setores da sociedade, a monopolização inevitável e consequente concentração da renda, a modernização da produção e a liberação da força de trabalho, a pauperização e a crescente demanda de serviços públicos. Sem contar as doenças cíclicas que já se tornaram crônicas, como a inflação, a recessão e o desemprego. São problemas que não se resolvem na prancheta de desenho. E dos quais não se incumbem um plano diretor urbano.

Nos círculos lernistas há um entusiasmo permanente com o que chamam de soluções criativas. Não há problema que não se resolva com uma sacada que logo pode vir

a ser uma campanha publicitária. A facilidade dizem, parte do otimismo doutrinário. O Brasil não produz 20% dos empregos per anuum necessários à presente geração. As previsões mais realistas calculam em uma década o prazo mínimo de recuperação da economia nacional depois da maior crise desde que somos uma República. Otimismo, neste momento, é sinônimo de tolice. Mas para Jaime Lerner há sempre uma solução simples para tudo. Do reumatismo às barreiras do comércio internacional. Afinal, diz ele, tudo é simples, os mal intencionados é que complicam a realidade. Isso lembra o provérbio árabe: "Para o simplório tudo é simples porque ele não consegue enxergar a complexidade do que vê."

NA BÉLGICA

Em recente entrevista, Lerner reafirmou sua posição contra todos os que insistem em sublinhar os problemas nacionais. "Estou farto dessas afirmações de que somos um País de coitadinhos", disse. E deitou falação entusiástica sobre as potencialidades do Brasil e o padrão de vida dos brasileiros, em geral. O resto é exagero, bradou, lembrando satisfeitíssimo o número de carros importados vendidos no País. O exemplo em si já nem suscita mais o desejo de sátira. Ao menos, o meu gosto pela ironia não vai tão longe.

O eterno alcaide poderia perguntar-se porque os preços dos automóveis e tudo mais atingem alturas incompatíveis com o valor das mercadorias. Uma das causas, por certo, é a constipação do mercado de consumo. Se este fosse amplo a coisa seria diferente. Oenta milhões de brasileiros não têm sequer um patinete. O "nosso povo", para Jaime Lerner, é do tamanho do mercado de consumo do País. Ficam de fora quase dois terços.

Quando trata dos problemas nacionais, Jaime Lerner repete sua visão restrita da sociedade. Na Bélgica, por exemplo, o Estado mantém um plano de desenvolvimento econômico. E isso não é uma

ta, ao lado de uma Índia imensa e miserável, Lerner exclui a Índia e fica com a Bélgica. Assim, é claro, os problemas ficam menores. Mas é impossível tratar a realidade social do País com a mesma irresponsabilidade com que ele tratou a população de Curitiba. Privilegiando camadas sociais na proporção de seu nível de renda e nunca segundo as necessidades reais da maioria. A ideologia do regime militar, bom que se diga, era isso sem tirar nem por. E correspondia a uma visão dependente, colonizada, elitista, mantida a ferro e fogo por duas décadas infames.

Lerner pretende galvanizar a banda necrosada do país, apeada circunstancialmente do poder, apresentando-se como a salvação de seus interesses. Não há dúvida de que foi treinado e tem experiência suficiente para cumprir esse papel. O de liderança dos interesses menores de grupos e camadas sociais contra essa esperança do conjunto da sociedade de ver chegado o seu dia de redenção através de um governo realmente identificado com um projeto social-democrata.

EQUÍVOCOS DA OPOSIÇÃO

A oposição fez o jogo que Lerner queria. Por isso ele venceu as eleições em Curitiba.

Permitiu-lhe, durante quatro anos, fazer a propaganda destragada de seu ilusionismo, com efeitos pirotécnicos e tudo o que o marketing de ocasião permitia. Sabendo que a farsa lernista escondia privilégios sociais declarados e consequentes prejuízos para a maioria absoluta que continua a viver e produzir em contínua degradação.

A campanha eleitoral, do PMDB recuou de posições anteriores, quando abriu brechas no compromisso e na ignorância acumulados apontando os defeitos fundamentais do lernismo - seu caráter de classe, o desprezo pelo povo, a preferência pela administração cósmética e subordinada a grandes interesses de grupos. O PMDB cometeu seu maior equívoco ao eleger a crítica moralista per se que hoje interessa a pouca gente: santos sonhadores, intelectuais, psicopatas, adolescentes angustiados e outras figuras incomuns em qualquer sociedade. Não percebeu que o moralismo discursivo se esgotou na experiência Collor de Mello. E desde que o País foi profundamente frustrado pela eleição de um presidente caçador de marajá, só pretendia sua deposição e jamais eleger alguém com as mesmas promessas de resolver tudo, num passe de mágica, pela batalha moral. Entre o PMDB reduzido ao moralismo, por vezes dubio na sua confrontação com Lerner, o povo preferiu o próprio lernismo e suas doces ilusões de que até a nossa miséria e tragédia são típicas do Primeiro Mundo.

O PMDB vive o rescaldo emocional da derrota. Mas a emoção é má conselheira em política. Não devem ter sido inúteis nossas leituras, nosso estudo de Maquiavel, que não foi um professor de violências e fraudes, mas um sereno observador das realidades políticas. A lição desse episódio é bem mais complexa do que ~~pretendem uns e outros~~. Os radicais estão corretos ao apontar a atitude inocua da esquerda tradicional. Esta transformou a análise política em papo furado. Em conversa de udenista. Perdeu o discurso. Não tem o que dizer

a uma população que empobrece rapidamente.

A chamada classe média já abriu mão dos serviços privados de saúde e educação. Gastou a poupança. Trocou o carro por um ainda mais velho. Está morando cada vez mais longe. Acima de sua fé moralista, que continua acessa, estão os seus problemas triviais, urgentes, angustiantes. Que dizer da maioria que não para de crescer na faixa da miséria, onde mais de 50% das crianças continuam a morrer de diarreia infecciosa? A oposição teve sucesso onde atacou esses problemas. Onde foi além do moralismo, como em Londrina, onde venceu os preconceitos e os favoritos.

O TESTAMENTO

Mamãe Grande, em Marcondo, ao terminar de ditar o seu testamento deu um grande arrote e morreu. Lerner continua vivo. Com pretensões imensas, inclusive a de se eleger presidente da República. Se isso viesse a acontecer, poderíamos imaginar todas as cidades brasileiras adornadas de miniaturas de castelos, chafarizes, pontes, edifícios que mimetizam, às vezes de forma grotesca, outras cômica e patética, a produção cultural da matriz. Seus aliados mais importantes são os banqueiros e os empresários de obras e serviços públicos.

Todo tiranete de província colonizado quer parecer o colonizador que o oprime. Vive a farsa da transmutação. E ele próprio um pastiche de grandes figuras. Se comparaz com a comparação. Seu momento maior de glória é o falso reconhecimento de fora. E quando a imprensa submissa repete o velho clichê: "mais uma vez a Europa e os Estados Unidos se curvam diante do talento pátrio".